

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE – IFS – REITORIA.

Pregão Eletrônico 90055/2025

Processo: 23060.000771/2025-54

ALERTA SERVIÇOS LTDA., já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, por seu representante, legalmente constituído, conforme instrumento procuratório em anexo, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fundamento no item 13 do edital, apresentar suas razões de

RECURSO ADMINISTRATIVO

contra o ato administrativo que aceitou e habilitou a empresa **VERDE PLANEJAMENTOS E SERVICOS LTDA**, nos autos do Pregão Eletrônico supramencionado, pelos fatos e fundamentos a seguir alinhavados.

I – DA TEMPESTIVIDADE

Ab initio, convém registrar a tempestividade na apresentação das razões recursais, isto porque a intenção de recurso foi consignada em sistema no dia 11/11/2025 (3ª feira), iniciando, portanto, a contagem do prazo recursal em 12/11/2025 (4ª feira), motivo pelo qual o interstício possui data fatal para protocolo em 14/11/2025 (4ª feira).

Isto porque o prazo para apresentação das razões recursais é de 3(três) dias úteis, contados da data do registro da intenção de recurso, conforme dispõe cláusula 13.2 do edital. In verbis:

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no .art. 165 da Lei nº

14.133, de 202113.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

Dito isto, satisfeitos os pressupostos de admissibilidade recursal, em especial a tempestividade, requer a Vossa Senhoria o recebimento das razões de RECURSO ADMINISTRATIVO, e, por conseguinte, seja dado provimento/acolhimento as irresignações expostas, para desclassificar a proposta apresentada pela empresa **VERDE PLANEJAMENTOS E SERVICOS LTDA**, consoante fundamentos a seguir declinados.

II – SÍNTESE DOS FATOS

A empresa ALERTA SERVIÇOS LTDA participou regularmente do Pregão Eletrônico nº 90055/2025, cujo objeto consiste na contratação de serviços de mão de obra terceirizada, conforme condições estabelecidas no Edital e em seus anexos, especialmente o Termo de Referência constante do processo administrativo. Encerrada a fase de lances, foram divulgadas as propostas e efetuadas as negociações previstas no instrumento convocatório. Após estas etapas, a pregoeira declarou a licitante **VERDE PLANEJAMENTOS E SERVICOS LTDA** vencedora do certame, nos valores finais constantes dos Relatórios de Julgamento que instruem o presente recurso.

Ocorre que a recorrente foi indevidamente inabilitada, sob o argumento de existência de restrição no SICAF decorrente de decisão proferida no processo administrativo nº 23289.000887/2025, documento já anexado a estas razões. Tal

decisão administrativa, todavia, não poderia, sob qualquer hipótese juridicamente válida, ter sido registrada no SICAF, por duas razões centrais que maculam de nulidade absoluta todo o procedimento sancionatório.

A primeira razão consiste na ausência total de notificação da ALERTA, o que impediu o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa. Em síntese, a empresa foi surpreendida com o registro sancionatório, que se tem como justificativa nesse momento, sem que tivesse havido qualquer comunicação válida ou regular do ato administrativo, configurando, nessa hipótese, grave afronta ao art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

A segunda razão é ainda mais grave. O prazo recursal sequer havia transcorrido quando o órgão registrou a penalidade no SICAF, inviabilizando o uso do recurso administrativo próprio e suprimindo etapa processual obrigatória. A anotação realizada é, portanto, juridicamente insubsistente, produz efeitos nulos desde a origem e não poderia jamais ter sido utilizada como fundamento para inabilitação em pregão eletrônico, sobretudo considerando o regime jurídico rigoroso das sanções administrativas, que somente produzem efeitos após o esgotamento da via recursal e a estabilização do ato.

Tal irregularidade repercute diretamente na higidez do certame e produz significativo impacto econômico para a Administração Pública. A comparação objetiva entre o valor da proposta apresentada pela ALERTA e o valor arrematado pela empresa **VERDE PLANEJAMENTOS E SERVICOS LTDA** demonstra prejuízo anual estimado em R\$ 190.889,45 (cento e noventa mil, oitocentos e oitenta e nove reais e quarenta e cinco centavos), com potencial prejuízo acumulado de 1.908.894,50 (um milhão, novecentos e oito mil, oitocentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos) ao longo de 10 anos, caso a contratação resulte em prorrogações sucessivas, como usualmente ocorre nos contratos desta natureza. O dano não afeta apenas a esfera jurídica

da licitante, mas compromete a economicidade e a seleção da proposta mais vantajosa, princípios fundamentais da contratação pública.

A decisão que motivou a anotação no SICAF, por ser nula e irregular, não poderia produzir efeitos no âmbito do presente pregão, de modo que a inabilitação da ALERTA carece de fundamento legal e deve ser integralmente revista.

Esses são os breves relatos.

II – DA ILEGALIDADE DA INABILITAÇÃO E DA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA

A inabilitação da ALERTA SERVIÇOS LTDA carece de fundamento jurídico válido e afronta diretamente os princípios estruturantes da contratação pública, especialmente a legalidade, o devido processo administrativo, a proporcionalidade e a seleção da proposta mais vantajosa. A penalidade inscrita no SICAF não poderia, por diversas razões, ter sido utilizada como critério impeditivo no âmbito do Pregão Eletrônico nº 90055/2025.

Em primeiro lugar, a sanção registrada no SICAF encontra-se fundada em processo administrativo eivado de nulidade, já demonstrada no tópico anterior, pois a empresa não foi notificada para exercer o contraditório e a ampla defesa, nem para apresentar recurso administrativo. Ademais, o processo ainda não se encontra encerrado, havendo possibilidade real de revisão da decisão mediante interposição do recurso cabível. Assim, conclui-se que seus efeitos não poderiam ser antecipados e muito menos utilizados para produzir restrição automática em cadastro federal, sob pena de violação direta ao art. 5º, LV, da Constituição Federal e às regras da Lei nº 9.784/99.

Não obstante o exposto, a anotação de restrição em cenário em que não houve trânsito administrativo nem estabilização do ato sancionador revela-se destituída de motivação válida, violando o dever de fundamentação previsto no art. 50 da Lei nº 9.784/99. A Administração não pode antecipar efeitos sancionatórios nem lançar restrições sem que o processo esteja definitivamente concluído, razão pela qual inexistente amparo legal para a anotação realizada, assim como para sua utilização como critério de inabilitação.

Com efeito, a anotação restritiva realizada no SICAF, utilizada como fundamento para a inabilitação da ALERTA SERVIÇOS, revela-se manifestamente ilegal também sob outra perspectiva normativa. A Instrução Normativa PRODIN nº 1, de 31 de outubro de 2018, diploma que regula internamente o fluxo de procedimentos de apuração de responsabilidade contratual, estabelece de forma clara e objetiva, em seu art. 13, que o registro de sanção no SICAF **somente pode ocorrer após o trânsito em julgado administrativo da decisão sancionadora**. O dispositivo é cristalino e assim dispõe:

“Art. 13. **Após o trânsito em julgado** do Procedimento de Apuração de Responsabilidade a Coordenadoria de Contratos do Campus responsável pelo contrato **providenciará a ciência e cadastro da decisão final no SICAF** e CEIS, quando cabível, bem como as demais providências necessárias.”

Do texto normativo extrai-se regra administrativa de aplicação obrigatória, segundo a qual: 1) o registro no SICAF; 2) a produção de efeitos externos da sanção; 3) e a comunicação a outros cadastros nacionais; 4) somente podem ocorrer depois do esgotamento da via recursal e estabilização do ato administrativo.

Ademais, o artigo 168 da Lei nº 14.133/2021 dispõe expressamente que os recursos e os pedidos de reconsideração possuem efeito suspensivo automático, impedindo a produção de efeitos do ato ou decisão impugnada até

o pronunciamento definitivo da autoridade competente. Isso significa que, enquanto não houver decisão final no âmbito administrativo, não se admite a execução da penalidade recorrida, inclusive quanto à sua eventual inscrição no SICAF, sob pena de violação ao devido processo legal e ao direito ao contraditório e à ampla defesa.

Art. 168. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

O Manual de Sanções do TCU, estabelece que:

“Após o término do prazo para interposição de recurso administrativo ou após a decisão do recurso impetrado, a unidade responsável pela instrução do processo deverá encaminhar os autos à Diretoria de Gestão Contratual da Secretaria de Licitações, Contratos e Patrimônio (Dicad/Selip) **para registro da sanção no Sicaf** e, se for o caso, publicação no DOU.”

No caso concreto, verificou-se exatamente o oposto. Ao que tudo indicada, a sanção foi lançada prematuramente no SICAF, sem que fosse oportunizado à empresa o exercício do direito de recorrer e sem que o processo sancionatório estivesse concluído. A anotação ocorreu quando ainda pendente o prazo recursal, configurando nítida antecipação indevida dos efeitos da penalidade, prática incompatível com o regime jurídico sancionador.

Em termos de juridicidade administrativa, a ilegalidade é evidente. Ao descumprir o art. 13, a autoridade administrativa: 1) violou norma interna hierarquicamente vinculante; 2) antecipou efeitos de ato não definitivo; 3) frustrou o contraditório e a ampla defesa; 4) produziu restrição desproporcional ao direito de participar de licitações; 5) afrontou o art. 50 da Lei nº 9.784/89, que exige motivação válida e aderente ao ordenamento; e ainda 6) contaminou o procedimento licitatório com informação inválida e juridicamente inexistente.

A jurisprudência do TCU tem reiteradamente reconhecido que o cadastro de penalidades sem decisão final ou sem observância do devido processo administrativo constitui vício insanável, apto a anular tanto o procedimento sancionador quanto os atos a ele vinculados, incluindo inabilitações, desclassificações ou impedimentos automáticos.

Além disso, a anotação indevida no SICAF rompe a coerência e a previsibilidade do sistema sancionatório, fundamentais para garantir a segurança jurídica dos licitantes e a igualdade de condições entre concorrentes. Trata-se de conduta que afronta o próprio princípio da isonomia, pois impede a participação de empresa cuja penalidade ainda não é definitiva, abrindo espaço para decisões arbitrárias e para o uso prematuro de restrições ainda passíveis de revisão.

Em síntese, ao ignorar o comando expresso do art. 13 da IN PRODIN nº 1/2018, a Administração lançou penalidade ineficaz no SICAF, utilizou-a como fundamento de inabilitação e comprometeu a lisura do certame, circunstâncias que impõem a imediata revisão da decisão e o reconhecimento da habilitação da ALERTA SERVIÇOS.

Importa registrar que a penalidade aplicada é, além de nula, desproporcional e desarrazoada, pois decorre de processo que apura exclusivamente entregas parciais de equipamentos de proteção individual e uniformes, itens acessórios em comparação à totalidade dos serviços prestados. Não há notícia de atraso salarial, ausência de recolhimento de encargos, inadimplemento de benefícios ou qualquer conduta lesiva à continuidade do serviço público. Em outras palavras, trata-se de situação em que todas as obrigações principais do contrato estão rigorosamente adimplidas, restando apenas divergências sobre a quantidade ou tempo de entrega de materiais, hipótese que jamais justificaria a aplicação da penalidade máxima prevista na Lei nº 14.133/2021 ou nos regulamentos correlatos.

A gravidade da medida imposta contrasta de forma evidente com a mínima materialidade do fato apurado no processo administrativo, configurando afronta direta aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, que exigem consonância entre a conduta imputada e o efeito sancionatório produzido. Ao impor registro restritivo no SICAF, o órgão transformou um suposto descumprimento contratual de natureza acessória em causa automática de impedimento nacional de contratar, produzindo efeitos muito mais severos que os necessários para corrigir eventual falha de execução.

Por fim, a utilização de penalidade irregular como fundamento para a inabilitação compromete o próprio resultado do certame, **produzindo violação direta ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa, previsto no art. 5º da Lei nº 14.133.** A decisão administrativa afasta a proposta economicamente mais favorável, gerando prejuízo aos cofres públicos e contrariando o interesse coletivo.

Diante desse conjunto de elementos, conclui-se que a inabilitação da ALERTA SERVIÇOS é juridicamente indevida, viola princípios essenciais da Administração Pública e decorre de penalidade nula, desproporcional e inapta a produzir efeitos no âmbito licitatório. A decisão deve, portanto, ser integralmente revista.

IV – DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, e considerando as ilegalidades demonstradas ao longo deste recurso, requer a ALERTA SERVIÇOS LTDA, a Vossa Senhoria, a reforma da decisão que declarou a recorrente inabilitada, restabelecendo-se sua participação regular no Pregão Eletrônico nº 90055/2025, com a análise de sua habilitação nos termos do edital, por ser de inteira medida e interesse público.



ESPERA DEFERIMENTO.

Campina Grande-PB, *data da assinatura eletrônica.*

ALERTA SERVIÇOS LTDA

-assinatura eletrônica -